

Mundo Pós-Guerra Fria: dois momentos

Post-Cold War World: two moments

Virgílio Caixeta Arraes*

Meridiano 47 vol. 11, n. 120, jul.-ago. 2010 [p. 4 a 10]

Germinada com o fim da Guerra Fria e sacramentada com a posterior dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a nova ordem internacional segue ritmos distintos, de acordo com a temporalidade adotada: circunstancial, meramente factual, conjuntural e estrutural (BRAUDEL, 2009, p.47-48).

Na incidental, houve dois períodos: no primeiro, o mundo caracterizou-se pela ascensão à primeira vista incontestável da primazia dos Estados Unidos, bem próxima da hegemonia. Sua superioridade materializava-se simultaneamente no poderio militar, econômico e político/cultural.

Assinala-se a primeira fase a partir do fim da Guerra Fria entre dezembro de 1987 e dezembro de 1991, ou seja, entre a assinatura do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário por Washington e Moscou e a extinção da própria União Soviética.

Seu *modus vivendi*, a democracia neoliberal, pareceu estabelecer-se de maneira irrecusável como o padrão futuro para o restante da comunidade global, mesmo para os países mais arcaicos política ou economicamente. O otimismo era indubitável. Contudo, seu excesso logo transformou a autoconfiança da elite estadunidense em arrogância e, por conseguinte, em menoscabo no tocante aos adversários e mesmo aliados.

Antes do desgaste neoliberal, a sociedade mundial aparentou encontrar-se diante do chamado fim da história, expressão utilizada por Francis Fukuyama (1989, p.4), com o objetivo de caracterizar a preponderância do liberalismo político-econômico em todas as regiões, não a extinção dos demais regimes, sobreviventes de forma residual no socialismo em Cuba, Vietnã ou Coréia do Norte.

Portanto, haveria várias alternativas, porém somente uma viável até o século XXI. Na prática, os países, a fim de desenvolverem-se, orbitariam ao redor dos Estados Unidos, a quem caberia a condução e, pois, a manutenção dos diferentes regimes internacionais, eventualmente de modo individual e rotineiramente de forma coletiva, através das organizações internacionais, principalmente as econômicas.

O ápice da prevalência norte-americana ocorreu na transição de uma ordem global para outra, quando Washington havia agregado em torno de si dezenas de países, sob autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em uma coligação militar entre o final de 1990 e o começo de 1991.

Naquele momento, nem França, sob uma presidência socialista, nem União Soviética, sob condução naturalmente comunista, opuseram-se aos termos gerais da proposta estadunidense, de modo que não houvesse o deslocamento de efetivos (Cf. FENSKE, 1991, TRIMBLE, STANGLIN, 1991).

A justificativa havia sido a restauração da soberania do Coveite, uma pequena monarquia absolutista, invadido pelo Iraque, por seu turno, uma ditadura laica – o governo iraquiano fora maciçamente apoiado na década anterior pelos Estados Unidos no enfrentamento ao Irã, por sua vez, convertido de monarquia conservadora para república teocrática de inspiração xiita.

* Professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (Arraes@unb.br).

Em poucas semanas, a aliança destruiu sem dificuldades as forças armadas do Iraque e obrigou-as a retirarem-se para suas próprias fronteiras. Apesar da fraqueza da ditadura de Saddam Hussein, o que permitiria liderar os efetivos onusianos até Bagdá e defenestrar o governo, o Presidente George Bush procedeu de acordo com o estipulado pelas Nações Unidas e não sucumbiu à tentação.

Portanto, o primeiro decênio pós-Guerra Fria caracterizou-se pelo papel impar dos Estados Unidos na comunidade internacional como hiperpotência, no reconhecimento da chancelaria francesa, e, por conseguinte, pela ausência de opção vivedoura, chamada comumente nos meios de comunicação de unipolaridade.

O segundo momento assinala-se a partir do atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 a duas cidades dos Estados Unidos por fundamentalistas de extração islâmica: a Al-Qaida, cuja base de operações localizava-se no Afeganistão, país governado por outra vertente extremista, o Talibã, paradoxalmente ex-aliado também da Casa Branca nos anos 80 na oposição à União Soviética na região.

O ataque rompeu a crença na inviolabilidade do território norte-americano, calçada desde o fim da Guerra de 1812, nas seguintes combinações: dois vizinhos pacíficos, Canadá e México, e dois oceanos protetores, Atlântico e Pacífico.

Entre o final da década de 90 e o início da presente, houve, senão contestações de monta, ao menos hesitações no tocante à superioridade estadunidense. Cite-se como exemplo a Guerra Bósnia, situada entre o início de 1992 e o final de 1995, que não entusiasmou a Europa a participar no conflito, ao considerá-lo uma disputa civil da Iugoslávia.

Somente após a pressão dos Estados Unidos, ocorreu a intervenção no segundo semestre de 1995, levada a cabo pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) por intensos ataques aéreos durante várias semanas. Em dezembro do mesmo ano, haveria a assinatura do Acordo de Dayton, por meio do qual se partiria a Bósnia em duas – uma sérvia e outra croata-albanesa (NEVILLE-JONES, 1997).

A investida inaudita de 2001 levou à formulação por Washington da Guerra ao Terrorismo, concretizada maioritariamente em duas oportunidades: Afeganistão no mês subsequente ao da incursão em seu território e Iraque em março de 2003. Na primeira, não houve contestação da sociedade internacional, ao passo que na segunda, considerável.

Quase uma década posteriormente, a ação dos Estados Unidos naquela região lembra, em função da extensa duração, as antigas campanhas militares da Rússia czarista no século dezenove; a diferença reside na finalidade: aos russos, havia a desmedida lubricidade por territórios, enquanto aos norte-americanos, a incontornável necessidade por matérias-primas – basicamente petróleo e gás.

Ao curso de dois decênios, projetou-se no alvorecer da nova ordem mundial a perspectiva da substituição da motivação de conflitos vindouros; eliminada a rivalidade ideológica, de constituição efêmera, teria despontado outra, adormecida ao longo da Guerra Fria: a cultural, ou ainda, a civilizacional, tendo como base principal a Ásia através de vários centros, muitos dos quais bastante significativos nos dias de hoje (HUNTINGTON, 1997, p.44-54).

Outros, de influência budista, não teriam peso, a não ser local ou regionalmente. O judaico compreenderia apenas Israel. Existiriam os mistos, oriundos do convívio nem sempre harmonioso no cotidiano, como no caso da Índia.

A primeira civilização seria a japonesa. Embora sendo uma poderosa economia havia mais de uma centúria de anos, ela se limitaria geográfica e populacionalmente a um arquipélago próximo de sete mil ilhas, sem desfrutar mais da ambição de expandir-se como no final do século dezenove e início do vinte, ao constituir-se em vasto império, com terras apossadas da Coreia, Formosa e, por último, da China;

A segunda, a sínica, constituir-se-ia por China, Vietnã, Formosa e Cingapura. Extensa territorialmente, mas desigual do ponto de vista econômico, ela recupera de maneira célere sua importância política, desde a aliança efetivada entre Pequim e Washington nos anos 70. De mais a mais, ela se beneficiaria da constante diáspora chinesa, por causa da conservação dos vínculos com a pátria-mãe.

A hindu disporia de seu centro na Índia, país cuja economia cresce de modo intenso há muitos anos, ainda que seja marcado por imensa pobreza, aparentemente insuperável no curto prazo, devido à tradição de uma população

sobremodo hierarquizada. Afora o subcontinente indiano, suas ramificações estender-se-iam apenas ao Nepal e Butão, o que pouco acresceria em termos econômicos ou políticos.

A quarta seria a islâmica, tendo por base a região médio-oriental do continente, mas com larga presença na Europa, mais dispersa e mais recente, e no norte da África, mais tradicional. Não há no Oriente Médio país considerado o centro de tal civilização. Na visão conservadora, seus fundamentalistas seriam o principal opositor da cultura ocidental e poderiam ameaçar sua estabilidade.

Por fim, outra significativa seria a ortodoxa, ainda que fosse também de feitio europeu. Cristã, ao considerar-se a herdeira da Antiga Roma, ela abarcaria quase toda a antiga extensão da União Soviética, à exceção do Azerbaijão e de países circundantes do mar Cáspio. Em solo europeu, alongar-se-ia para a maior parte da finada Iugoslávia, Bulgária, Chipre, Grécia, Romênia.

Restariam duas outras, definidas de maneira heterodoxa, ou seja, conectadas mais por geografia que por afinidade cultural; a africana apresentar-se-ia na parte subsaariana como um conjunto possivelmente cada vez mais coeso, ainda que com várias subdivisões; entretantes, o único ponto histórico comum a quase todos os países poderia ser a devastadora presença européia a partir do segundo quartel do século dezenove.

Por último, a latino-americana, compreendida do México à Argentina. Embora pudesse encaixar-se na civilização ocidental, seriam visíveis as diferenças sociopolíticas do matiz anglo-americano – decorrentes de um modelo distinto – do ibérico, de feitio católico e rigidamente, em seu princípio, hierárquico. No decorrer do tempo, um aproximou-se mais da democracia; o outro, do autoritarismo.

Uma classificação mais adequada poderia dividir, *grosso modo*, o vasto continente em dois: o norte-atlântico e o sul-atlântico, por causa da maior presença da cultura africana até o dezenove. Na parte sul, uma subdivisão evidente: a hispânica e a lusitana. Naquela, há o posterior desdobramento em várias, herança da própria constituição administrativa do tempo espanhol, os vice-reinos.

Uma década depois, o mundo não se cristalizou em blocos moldados por aspectos culturais, mas em alguns em que os econômicos estavam mais presentes, porém não no rumo de uma diversificação, mas no prenúncio de uma integração maior, sob patrocínio direto da potência vencedora da Guerra Fria¹.

O eixo norte-atlântico era o mais avançado com o chamado Mercado Comum Europeu (MCE) e com a denominada Área de Livre-Comércio da América do Norte (ALCA).

Diferentemente de 1815 – Congresso de Viena – e de 1919 – Conferência de Versalhes – em 1991 não houve nenhum arranjo formal entre potências vencedoras, com o objetivo de celebrar seu êxito perante suas populações e posteriormente concertar um mundo novo no qual os derrotados poderiam ou não contribuir (IKENBERRY, 1999).

Por outro lado, não se atribuiu aos capitulados responsabilidade direta de espécie alguma – territorial ou financeira – com o fito de arcar com os custos da vitória. A rendição do Leste europeu sem confrontação militar já havia sido considerada assaz humilhante. Todavia, poder-se-ia argumentar que a punição teria sido a admissão ao sistema político-econômico vencedor sem contestação, ao encaixar-se de forma subalterna.

Quase um século depois, a pauta econômica da proposta de uma nova ordem global do Presidente Woodrow Wilson – os catorze pontos anunciados no começo de 1918, ao final da Primeira Guerra Mundial – veio à tona novamente: o liberalismo.

Indistintamente da forma, fosse ela regional como a almejada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), malgrado até o momento, ou a da Ásia e do Pacífico (APEC), materializada em 1994, ou fosse ela global, como a Organização Mundial de Comércio (OMC), a doutrina pareceu, à primeira vista, consolidar-se.

¹ O debate foi intenso ao longo da década de 90; após o atentado de 11 de setembro de 2001, houve nova onda em torno de uma eventual disputa civilizacional.

Outro trecho do enunciado wilsoniano aflorou também: o da autodeterminação dos povos, nada obstante restringir-se praticamente ao segmento derrotado – não se aludiu à secular questão basca ou à irlandesa, por exemplo. A unificação alemã ocorreu nos estertores da Guerra Fria².

Da União Soviética, desmembraram-se, entre outros, Ucrânia, Bielo-Rússia, Letônia, Estônia, Lituânia, Usbequistão, Turcomenistão, Tajiquistão, Quirguistão, Azerbaijão, Moldávia, Cazaquistão, Geórgia, Armênia. Em praticamente todas elas, a separação desenrolou-se sem disputa militar.

Ao cabo da primeira metade da década de 90, desmoronou-se na Rússia boa parte do legado territorial do período czarista, após séculos de conflitos com o antigo Império Otomano, e realizou-se na parte oeste o desejo da Alemanha ao tempo da Primeira Guerra Mundial: a fixação de vários Estados-tampões, propensos à inclinação ocidental.

Naquela época, somente Polônia e Finlândia haviam conseguido manter-se formalmente independentes da União Soviética depois da Segunda Guerra Mundial, ainda que a primeira como satélite de Moscou. Os três bálticos foram novamente integrados à Rússia.

Da Iugoslávia, Eslovênia, Bósnia, Croácia, Montenegro e Macedônia desassociaram-se a partir de confrontações, nas quais os Estados Unidos posicionaram-se a favor da desunião, apesar da reticência da Europa, tendo em vista a tradição vestfaliana.

Em 1998, Washington modificou a primazia da soberania, isto é, de não aceitação de ingerência externa, para flexibilizá-la, caso houvesse a violação sistemática de direitos humanos ou a manifestação contínua de racismo; da Checoslováquia, houve uma simples divisão, sem impacto na região.

Outras regiões do mundo assistiram a processos de fragmentação como o da Etiópia, de onde surgiu a Eritreia, ou do Iêmen, do qual nasceu a República Democrática do Iêmen, com duração efêmera: algumas semanas tão-somente. Da Somália, três emergiram, não obstante a ausência de reconhecimento da sociedade internacional: a Jubalândia, novamente parte do antigo país, Puntlândia e Somalilândia.

A América Latina não observou processo algum de secessão, mas a fase das ditaduras militares encerrou-se. Finalizou-se também em alguns países o ciclo nacional-desenvolvimentista, tendo em vista a incapacidade de conjugá-lo com democracia. Como sucedâneo, surgiu o liberal-desenvolvimentista, abrigado nas elites da região de maneira irrestrita e incontida, através da sugestão de governos norte-atlânticos e de organismos internacionais econômicos.

Na prática, a alteração procedeu-se da seguinte forma: austeridade fiscal e disciplina monetária, com reflexo nos gastos, bastante contidos, a fim de demonstrar responsabilidade e ressoar confiança a possíveis investidores. Deste modo, a aplicação de reformas estruturais na esfera administrativa, previdenciária e fiscal.

De mais a mais, a implementação de medidas com o objetivo de atrair o capital externo, independentemente de ser para investimento ou para portfólio. Assim, comporia o quadro a desoneração de tributos, a eliminação de subsídios, o abrandamento do protecionismo e a flexibilidade da legislação trabalhista e da previdenciária.

O último conjunto de providências foi a privatização maciça de empresas e de serviços públicos, mesmo os conectados a monopólios naturais. A arrecadação das vendas ou das concessões direcionar-se-ia, em tese, ao pagamento dos encargos da dívida externa ou mesmo para o resgate do principal.

Em termos gerais, todas as ações englobaram o denominador comum do chamado Consenso de Washington, termo cunhado por um economista do Banco Mundial, John Williamson (FIORI, 2001, p.84-94).

A necessidade delas justificou-se em nome de mais produtividade e, por conseguinte, de maior competitividade no cenário global. Outrossim, o modelo estendeu-se para o mundo pós-socialista, com os mesmos resultados socioeconômicos pífios da América Latina, inclusive em termos de crescimento.

Nela, houve duas crises de magnitude expressiva: a do México, em 1994, em que os Estados Unidos terminaram por auxiliar o país, e a do Brasil, em 1998, em que o Fundo Monetário Internacional socorreu Brasília com um empréstimo emergencial de quase cinquenta bilhões de dólares.

2 No pós-Primeira Guerra, processo realizado parcialmente, por causa da Revolução Soviética.

Antes mesmo da crise brasileira, os organismos internacionais econômicos dedicaram-se a rever parte de seus postulados. Em 1997, outro economista do Banco Mundial, Joseph Stiglitz, consagrou-se a revisar a doutrina neoliberal, não, enfatize-se, em seu cerne, porém na sua aplicação (HENWOOD, 2000, p. 20-21).

Em sua visão, os mercados, quando de sua deificação do final dos anos 80 e início dos 90, haviam provado sua impossibilidade de simultaneamente conjugar crescimento econômico com desenvolvimento social. A riqueza aumentou ao passo que a desigualdade também.

Desta maneira, ele lançou acerbas críticas à forma por que os processos de privatização ocorreram. Em muitos casos, o monopólio estatal foi simplesmente substituído por um privado, muito menos afeito à regulação e avesso à supervisão política – a alternância do poder nos regimes democráticos.

Em suma, o primeiro decênio do pós-Guerra Fria havia reunido em torno de si o primado da democracia neoliberal com o instituto da autodeterminação, com consequência maior para a Europa Central e Leste, áreas pertencentes durante a bipolaridade à esfera socialista.

No final da última década do século vinte, a transformação do mundo não representou um benefício global; a desigualdade apenas estruturou-se de outro modo. Da antiga banda perdedora, não houve a ascensão de nenhum deles ao status de grande potência – a sucessora da União Soviética, a Rússia, manteve-se no primeiro plano por causa do arsenal nuclear, mas sem robustez econômica ou melhorias sociais.

A constatação em si da ausência de efeitos positivos significativos com a adoção cabal do modelo liberal-desenvolvimentista não foi, no entanto, capaz de gerar a ele um contraponto válido e, portanto, de interromper o andamento do neoliberalismo.

A primeira década assistiu ao predomínio norte-americano militar em duas ocasiões ao menos: na Primeira Guerra do Golfo, ao reunir mais de trinta países, sob autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao final de novembro de 1990, com o objetivo de expulsar as tropas do Iraque do Coveite e reiterar o instituto da soberania. No conflito, a tarefa seria cumprida em poucas semanas;

E na Guerra dos Balcãs, ao mobilizar a Organização do Tratado do Atlântico Norte no primeiro semestre de 1999, com o fito de punir os sérvios diante dos cosovares na guerra civil da Iugoslávia, sob justificativa de violação maciça de direitos humanos. Paradoxalmente, o comportamento norte-americano naquele momento foi de encontro ao de anos atrás, ao entibiar o conceito de soberania – a chamada Doutrina Clinton.

As duas confrontações afiguraram-se como o zênite do poderio estadunidense em trinta anos, ao se considerar um caminho moldado na letra U, estruturado da seguinte maneira: o declínio significativo nos anos 70 com o malogro na Guerra do Vietnã; na década seguinte, o princípio do recobrimento; e, por fim, no último decênio do século, a preponderância incontestável (ARRIGHI, apud ALI, 2000, p.47-48).

No primeiro ano da nova década do milênio, a trajetória foi interrompida por um evento inédito na arena mundial: o ataque efetivado aos Estados Unidos com vários aviões comerciais de grande porte seqüestrados por um grupo desprovido de anteparo estatal e irmanado tão-somente por uma visão integrista do islamismo.

Em setembro de 2001, a Al-Qaida liderou em um único dia uma agressão ímpar ao território norte-americano. Ela foi a primeira desde dezembro de 1941, quando da investida do Japão ao Havaí – o ‘dia da infâmia’, nas palavras do Presidente Franklin Roosevelt – ou a segunda a datar de março de 1916, em que tropas do mexicano Pancho Villa acoossaram a pequena cidade de Columbus, no Novo México. De todo modo, agressões na franja do território estadunidense.

A resposta bélica de Washington à acometida fundamentalista foi praticamente imediata, ao identificar – após descartar o Iraque – a base de operações dos agressores no empobrecido, desfragmentado e desprestigiado Afeganistão, onde o governo, o Talibã, havia sido reconhecido diplomaticamente apenas por três países: Paquistão, seu vizinho, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos.

Na primeira semana de outubro, a retaliação iniciou-se através de uma coligação liderada por tropas anglo-americanas, após a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas de uma resolução contra o terrorismo, no final de setembro de 2001.

Quase nove anos mais tarde, o resultado é embaraçoso, uma vez que os efetivos otomanos não conseguem eliminar os focos de resistência, camuflados na população local e desenvolvidos na porosa fronteira com o Paquistão. O governo talibã havia sido defenestrado logo nas primeiras semanas de invasão, porém a insurgência, não, a despeito da maciça superioridade militar.

Destarte, a aliança anglo-americana situa-se até o momento diante de uma séria encruzilhada, haja vista a desistência de muitos países de compor uma guerra sem perspectiva de vitória no horizonte próximo e sem relação imediata com seus interesses locais.

A oportunidade de uma confrontação aos europeus para assistência técnica e treinamento de seus contingentes encerrou-se diante de protestos do eleitorado e dos custos financeiros, sem o contraponto de ofertar uma vitória ao governante de momento. Sem auferir prestígio algum, países declinam a permanência.

Dois objetivos de médio prazo, previstos em sua execução em dois momentos, distanciaram-se mais e mais: a fixação de um governo próximo do Ocidente, com apoio da incipiente sociedade civil, e o isolamento político do Irã, que seria pretensamente reforçado a partir de outra ação, desta vez não inesperada: a invasão do Iraque, a partir de março de 2003.

Como desdobramento da oposição ao terror(ismo) global, os Estados Unidos incluíram o Iraque, onde o governo – uma longeva ditadura de remota inspiração secular e socialista – estava desgastado perante a comunidade internacional desde a incursão ao Coveite em 1990.

A despeito do isolamento, o país permanecia atrativo, uma vez que dispunha de uma das três maiores reservas petrolíferas de todo o globo, sendo talvez a de menor custo de extração. Além do mais, sua localização permitiria, caso houvesse a substituição do governo, insular ainda mais o Irã, haja vista a percepção otimista, naquela altura, sobre os rumos da incursão ao Afeganistão.

Destarte, a teocracia iraniana, outrora bastante fronteira com a União Soviética, seria circundada por governos tradicionalmente próximos do Ocidente como Turquia e Paquistão e por agora avizinados politicamente do Ocidente como Azerbaijão, Armênia e Cazaquistão.

Entre um e outro confronto, o apoio internacional aos Estados Unidos esvaneceu-se. A nova justificativa para manter sustentar o moral do Ocidente em sua atuação no Oriente Médio e adjacências é a conexão de países renegados, como Irã, e de atores não estatais, como Al-Qaida, em busca de poderio nuclear.

A valorização da questão política – democracia – ou da econômica – livre-mercado – coloca-se naquela região no segundo plano em termos de retórica. A contenção nuclear possibilita aos Estados Unidos vincular-se novamente a outras grandes potências, haja vista o alvo comum.

Desta maneira, o discurso renova-se, a fim de adaptar-se aos novos tempos: Washington não efetivaria mais diretamente mudança de regime, como as malogradas tentativas no Afeganistão e no Iraque, mas a promoveria indiretamente, ao apoiar segmentos de determinadas sociedades, mais afeitos ao pluralismo político.

Bibliografia

- ARRIGHI, Giovanni. The Balkan War and US Global Power. In. ALI, Tariq. *Masters of Universe? NATO's Balkan Crusade*. Verso: London, 2000;
- BRADBURY, Edward. US Diplomacy from Wilson to Bush. *Contemporary Review*, Cheam, v.291, n. 1692, 2009;
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009;

- FENSKE, John. France's Uncertain Progress Toward European Union. *Current History*, Philadelphia, v.90, n.559, nov 1991;
- FIORI, José Luís. *60 lições dos 90*. Rio de Janeiro: Record, 2001;
- FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*, Washington, v.16, 1989;
- HASSNER, Pierre. Morally objectionable, politically dangerous. *The National Interest*, Washington, n.46, 1996-1997;
- HENWOOD, Doug. Stiglitz and the limits of 'reform'. *The Nation*, New York, v. 271, n.9, Oct 2000;
- HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997;
- HUNTINGTON, Samuel. Hassner's bad bad review. *The National Interest*, Washington, n. 47, 1997;
- HUNTINGTON, Samuel. The clash of civilizations? *Foreign Affairs*, New York, v.72, n.3, 1993;
- IKENBERRY, John. America's liberal hegemony. *Current History*, Philadelphia, v.98, n.624, Jan 1999;
- LYNCH, Allen. Woodrow Wilson and the principle of 'national self-determination': a reconsideration. *Review of International Studies*, London, v.28, n.2, Apr 2002;
- NEVILLE-JONES, Pauline. Dayton, IFOR and alliance relations in Bosnia. *Survival*, London, v.38, n.4, 1996/1997;
- PIPES, Richard. The West & the rest. *Commentary*, New York, v.103, n.3, Mar 1997;
- S.A. Unraveling the Washington consensus: An interview with Joseph Stiglitz. *Multinational Monitor*, Washington, v.21, n.4, Apr 2000;
- STEVENSON, Charles. The evolving Clinton doctrine on the use of force. *Armed Forces and Society*, New Brunswick, v.22, n.4, 1996;
- WILLIAMSON, John. Democracy and the "Washington consensus". *World Development*, Oxford, v.21, n.8, Aug 1993;
- WILLIAMSON, John. What should the world bank think about the Washington consensus? *The World Bank Research Observer*, Cary, v.15, n.2, Aug 2000.

Recebido em 15/08/2010

Aprovado em 31/08/2010

Resumo

O artigo trata das duas décadas da nova ordem mundial. Na primeira, houve a predominância dos Estados Unidos na área econômica, cultural e política. Assim, houve o neoliberalismo e intervenções militares de êxito. Na segunda, houve uma alteração. Após o atentado terrorista de 11 de setembro, os Estados Unidos não conseguiram manter sua primazia. Isto se reflete em duas guerras em andamento: no Afeganistão e no Iraque.

Abstract

The article deals with the two decades of the new world order. The first decade is marked by the prevalence of United States in the economy, culture and politics. Neoliberalism and successful military interventions are a token of this period. In the second, there was a change. After the terrorist attack of September 11th the United States has not been able to maintain its prevalence. Reflections are felt in the two on going wars: in Afghanistan and in Iraq.

Palavras-chaves: nova ordem mundial; Estados Unidos; 11 de setembro

Key words: new world order; United States; September 11th